

A cruzada do Público

Carlos Esperança

O Público de 22 de Dezembro parece ter sido escrito pela Conferência Episcopal. Do «Editorial» à estimável crónica de Vasco Pulido Valente, de Constança Cunha e Sá a António Marujo, é um mar de água benta, em prosa, com cheiro a incenso.

Fracassado o proselitismo evangélico de Bush, aparece agora, numa aparente coincidência, uma onda de proselitismo católico a rivalizar com a demente missionação do mundo islâmico.

Quando o sectarismo religioso está na origem de confrontos sangrentos e actos de terrorismo, mandava o bom-senso que o aprofundamento da laicidade do Estado e a sua defesa pela comunicação social dos países democráticos, servissem de vacina à demente tentativa de submissão a uma verdade única, a livros únicos da fé e às imposições do clero.

Portugal, que não teve Reforma, partilhou com a Espanha o entusiasmo na violência da Contra-Reforma. O Público de hoje parece a voz da Igreja católica, saída das paróquias rurais, num ataque ao laicismo e na defesa descabelada do que não esteve nem está em risco - a comemoração do Natal cristão.

Pelo contrário, é a laicidade do Estado que tem sido posta em causa, não faltando bispos nas inaugurações, nomes de santos na toponímia, autarcas de joelhos, ministros de cócoras e o primeiro-ministro a benzer-se.

Basta lembrar a tragédia das teocracias para haver contenção na promiscuidade entre as Igrejas que se julgam maioritárias e os Governos que capitulam perante o incenso e a água benta. A neutralidade do Estado é uma condição indispensável à liberdade religiosa que a todos cabe respeitar e defender.

Dos EUA à Arábia Saudita, da Polónia ao Irão, sabemos o mal que a subordinação do Estado aos interesses confessionais tem provocado. É por isso que o referido número do Público me surpreende e entristece.